

Concessionária do  
Aeroporto Internacional  
de Confins S.A.

**Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo  
em 31 de dezembro de 2018 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras**

KPDS:457537

## **Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.**

Demonstrações financeiras

**em 31 de dezembro de 2018**

### **Conteúdo**

Relatório da administração	3 – 10
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11 - 13
Balanços patrimoniais	14
Demonstração do resultado	15
Demonstração do resultado abrangente	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	18
Demonstração do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20 – 51

## **Relatório da Administração**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1. Sobre a Companhia**

#### **1.1. Aos acionistas**

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o **Relatório da Administração** e as **Demonstrações Financeiras** da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins (“Companhia” ou “BH Airport”), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

#### **1.2. Apresentação**

A Companhia é a concessionária responsável pela administração do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, localizado entre as cidades de Confins e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, na região sudeste do Brasil, e faz parte de um complexo de integração intermodal que contempla importantes rodovias de acesso à capital do Estado, Belo Horizonte.

Com o propósito de oferecer aos usuários a melhor experiência em aeroportos no Brasil, a Companhia vem desenvolvendo importantes melhorias no complexo aeroportuário, sempre com foco na qualidade da prestação de serviço, na segurança e no desenvolvimento sócio econômico e sustentável do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

#### **1.3. Destaques do Ano de 2018**

**Ampliação do Mix comercial:** Desde que assumiu a operação do Aeroporto, em agosto de 2014, a concessionária ampliou de 65 para 127 o número de pontos de venda. Em 2018 a concessionária entregou 21 novos pontos de venda e outras 12 operações comerciais foram substituídas ou revitalizadas.

**Logística:** Para aproveitar o potencial da área de logística de cargas do Aeroporto, em 2018, a Companhia investiu em uma nova configuração do Terminal de Cargas. A área disponível para o armazenamento de produtos destinados à exportação foi ampliada em 100% e, para a importação, em 40%. A infraestrutura disponível e a facilidade de logística para o escoamento da produção deverão ser capazes de transformar o Aeroporto em um grande *hub* de cargas aéreas, principalmente para o transporte de itens de alto valor agregado produzido pelos setores: eletrônico, farmacêutico, aeroespacial, peças automotivas, entre outros.

**BH Airport Night Run:** Uma corrida inédita mudou o cenário de operações do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte na madrugada de 25 de novembro e nem mesmo a chuva desanimou os mais de mil atletas amadores participantes. Parte da pista do Aeroporto (2,8 quilômetros de extensão) se transformou em dois circuitos (de 5,5 km e 10 km) para a realização da BH Airport Night Run. A largada ocorreu às 2h45 da manhã, período em que não há operações. A corrida foi promovida pela Companhia para homenagear o aniversário de 121 anos de Belo Horizonte, em 12 de dezembro, e proporcionou uma experiência única para 1.300 atletas amadores. A organização da corrida incluiu um planejamento detalhado para garantir a segurança e o conforto dos participantes, alinhado com todas as exigências das legislações nacional e internacional da aviação civil.

**Festival Music All:** O Festival *Music All* foi promovido pela Companhia para oferecer gratuitamente aos passageiros, visitantes, usuários e moradores das cidades vizinhas momentos de descontração e lazer em meio à movimentação intensa de final de ano, com uma série de apresentações de grupos de Belo Horizonte e de municípios vizinhos ao Aeroporto.

**Infraestrutura:** Durante o ano de 2018, foram entregues importantes melhorias na infraestrutura aeroportuária, entre as quais a construção de banheiros no Abrigo de Rampa para cumprimento da Norma Reguladora 24 – Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho; reforma do Terminal de Passageiros 3 para abrigar refeitórios e vestiários para funcionários de *Airside*; adequação e liberação de áreas comerciais nos terminais; implantação de novo sistema de caixas separadoras de água e óleo para atendimento dos Terminais; conclusão dos projetos de adequação da rede de esgoto, para implantação em 2019; melhorias e correções na expansão dos últimos 600m da pista de pouso e decolagem na cabeceira 34 para homologação; adicionalmente, houve investimentos em tecnologia da informação e frotas (R\$ 11,8 milhões) no período.

## **2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa**

### **2.1. Administração**

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva. A Governança Corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses de acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é integrado por 7 membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo 4 (quatro) dos membros indicados pelo acionista privado, todos com prazo de gestão por 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

A Diretoria Executiva é composta pelo diretor-presidente e até 4 (quatro) diretores eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições. Atualmente a Diretoria de Infraestrutura está sendo acumulada pela Diretoria Administrativo Financeira, assim como a Diretoria Comercial pelo Diretor Presidente da Concessionária.

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, sendo 2 (dois) indicados pelo acionista privado.

### **2.2. Gestão da Ética e Programa de Integridade e *Compliance***

A Companhia é uma empresa jovem, mas tem os seus valores muito bem definidos. Dentro desse contexto, temos trabalhado ativamente para que a ética e a integridade sejam a base de todos os nossos relacionamentos, sejam eles com o setor público ou privado, internos ou externos. Com o objetivo de reforçar o nosso compromisso, em setembro de 2017 apresentamos nosso novo Código de Conduta e Ética Empresarial e a Política do Programa de Integridade. A nova versão do documento foi desenvolvida para consolidar as diretrizes e expectativas de atuação dos executivos e colaboradores da Companhia.

As diretrizes estabelecidas neste Código de Conduta e Ética Empresarial se aplicam a todos os colaboradores, independentemente de cargo ou função exercida, bem como aos parceiros comerciais que atuam junto à Companhia. Também, em decorrência da Lei da Empresa Limpa nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, desenvolvemos e implementamos o Programa de Integridade, que objetiva assegurar o aprimoramento da Governança da Companhia. Como parte deste programa, foi criado o Comitê de Conduta e Ética Empresarial da Companhia, um órgão corporativo que assessora o responsável pelo programa de integridade na gestão e acompanhamento do programa. A finalidade deste Comitê é de assegurar que o Programa de Integridade seja executado alinhado às orientações dos nossos acionistas.

### **2.3. Gestão de Riscos Corporativos**

A gestão de riscos corporativos da Companhia tem como propósito contribuir para fortalecer os processos de governança corporativa e de gestão, garantir a segurança empresarial, promover maior transparência no relacionamento com todas as partes interessadas e aprimorar o ambiente de controles internos da Companhia. Além disso, propõe-se a adicionar e preservar valor, mitigando perdas através da identificação de oportunidades e ameaças, atender às normas, requisitos legais e regulatórios pertinentes, melhorar a eficácia e a eficiência operacional e melhorar a prevenção de perdas e a gestão de crises ou incidentes.

A gestão de riscos corporativos teve início na Companhia em 2016 e teve seu modelo pautado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e deu origem à norma de política, formalizando as diretrizes da gestão de riscos corporativos.

### **2.4. Gestão de Pessoas**

Considerada a proposta de valor da Companhia e seu compromisso com um excelente ambiente de trabalho, saudável, sustentável, acolhedor e simples, no qual as pessoas tenham espaço para aprender e se desenvolver. Um ambiente que viabilize a agilidade e a firmeza de propósito nos processos de tomada de decisão, resultando no fortalecimento dos relacionamentos, na consolidação de uma cultura organizacional de alto desempenho, na garantia da prestação de serviços públicos com excelência e proporcionando ao cliente uma experiência única e agradável, o ano de 2018 se encerrou:

- Com um quadro de 403 colaboradores, frente aos 412 em 2017, registrando um *turnover* de 11,44% em 2018.
- Do número atual de colaboradores, 34% residem em Belo Horizonte, 21% em Lagoa Santa, 17% em Pedro Leopoldo, 8% em Confins, 6% em Vespasiano e 34% em outras cidades da região metropolitana de Belo Horizonte.
- Com investimento de R\$ 3.642.288 em treinamentos de capacitação e desenvolvimento que resultaram em 25.639 horas de treinamento e uma média de 60 horas de treinamento por colaborador.

O valor desse investimento e dos demais realizados em capacitação e desenvolvimento desde 2014, teve por finalidade consolidar a cultura organizacional da Companhia e seu modelo de Gestão. Trabalhamos, exaustivamente, a mudança de mentalidade dos nossos colaboradores com foco em performance, compromisso e resultados e, nos últimos dois anos, nos dedicamos na disseminação das competências organizacionais e na criação do processo para avaliação das pessoas, fundamentado nas competências e no processo de *talent review*.

A transformação e a maturidade alcançada pela Companhia nestes últimos quatro anos resultou em diversos prêmios recebidos e no avanço constante nos indicadores das pesquisas da Secretária de Aviação Civil (SAC) e da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). A Companhia hoje tem pessoas capacitadas e preparadas para sustentar mudanças e para encarar os novos desafios, sempre alinhados ao desenvolvimento do aeroporto e do seu entorno.

## **2.5. Partes Relacionadas**

De acordo com o Contrato de Concessão entende-se por parte relacionada referente à concessionária e ao Acionista Privado, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade é garantir a lisura nos procedimentos, o cumprimento das cláusulas contratuais e a proteção ao acionista minoritário, os acionistas da Concessionária estabeleceram no Estatuto Social que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO possui voto de qualidade nessas matérias. Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser previamente submetido à análise da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO e somente poderão ser aprovadas mediante consentimento expresso da mesma.

Ademais, de forma a salvaguardar o cumprimento do preceito supra citado, o Acordo de Acionistas estabelece alguns procedimentos específicos que deverão ser observados nas contratações com partes relacionadas, cuja finalidade é garantir que todas as contratações feitas nessas condições sejam transparentes e estejam dentro dos parâmetros de mercado.

## **3. Desempenho Econômico e Financeiro**

### **3.1. Mercado Aeroportuário Brasileiro**

A aviação comercial brasileira, após sofrer os piores resultados da série histórica, com baixo desempenho nos últimos 3 anos, apresentou sinais de crescimento. Em 2018, mesmo que ainda pouco expressivo, o número de passageiros domésticos no Brasil voltou a crescer mostrando sinais de recuperação. Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), de janeiro a novembro de 2018, o crescimento foi de 4,6% na comparação com o mesmo período de 2017, com uma movimentação total de 106,8 milhões de passageiros. O cenário de 2018 poderia ter sido melhor, se não houvesse a greve dos caminhoneiros em maio, as altas do dólar e do preço de combustíveis de aviação e a indefinição do cenário político no país no segundo semestre. O mercado de voos internacionais foi o que mais cresceu em 2018 em relação ao ano anterior, cerca de 9,7%, demonstrando a crescente demanda de brasileiros que viajam ao exterior.

Especialistas veem o Brasil como uma terra de oportunidades para o transporte aéreo. Considerando os principais indicadores macroeconômicos para o desenvolvimento da aviação comercial – população, economia e área territorial –, somente três países no mundo reúnem essas características: Estados Unidos, China e Brasil. Dessa maneira, o mercado brasileiro possui um elevado potencial de aumento das viagens aéreas devido à baixa penetração desse modal na população. Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil, a relação passageiros transportados por população no Brasil, utilizada para medir a penetração desse modal em um mercado, gira em torno de 0,5, bem abaixo de nações desenvolvidas e de dimensões continentais como os Estados Unidos, que hoje está em 2,2.

Em 2019, as empresas aéreas projetam um crescimento de mercado um pouco mais consolidado no segmento doméstico devido principalmente ao clima de otimismo após o encerramento do período eleitoral e posse do novo governo e com a estabilidade e leve melhora da economia em 2018. Já o segmento internacional continua a sinalizar um crescimento mais acelerado devido à criação de novos *hubs* internacionais no país a partir de 2018.

A possível privatização da estatal Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO (já sinalizada pelo atual governo) e a concessão de mais 12 aeroportos (prevista

para março de 2019) trazem mais otimismo para o setor e também acirra a competição entre operadores privados aeroportuários, podendo gerar um cenário de maiores estímulos e atração de novos voos e empresas aéreas em todo país. Cabe ressaltar que em dezembro de 2018, o presidente da república publicou um decreto autorizando a participação acionária de 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas brasileiras.

### 3.2. Desempenho

O exercício de 2018, apresentou um crescimento de 5% no número de passageiros em relação ao ano de 2017. Como demonstrado no quadro abaixo:

Principais Indicadores	2018	2017	Variação
<b>Número de passageiros incluindo conexões</b> Milhares	10.673	10.164	5,0%
<b>Movimentação total de aeronaves (MTA)</b> Milhares	101,2	99,7	1,5%
<b>Volume de cargas <sup>1</sup> (tons)</b> Milhares	36.701	29.261	25,4%

<sup>1</sup> Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal (TECA), excluindo importações/exportações de Aeronaves

#### 3.2.1. Receitas Consolidadas

Em 2018, a Companhia registrou receita líquida ajustada de R\$ 222.218 como demonstrado no quadro abaixo:

Receitas Operacionais (R\$ Mil)	2018	2017
<b>Receitas Reguladas</b>	214.984	190.553
<b>Receitas Não Reguladas</b>	91.528	81.515
<b>Receita Bruta Ajustada <sup>1</sup></b>	<b>306.512</b>	<b>272.068</b>
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	-84.294	-70.000
<b>Receita Líquida Ajustada <sup>1</sup></b>	<b>222.218</b>	<b>202.068</b>

<sup>1</sup> Ajustes: Desconsidera os impactos da Receita de Construção (CPC)

#### 3.2.2. Dívida

Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de financiamento para empréstimo ponte junto ao BNDES no valor de R\$ 405.000, sendo o montante total, advindo de recursos do BNDES. O prazo de vigência do contrato foi originalmente de 18 meses com vencimento em julho de 2017, contados a partir da assinatura do contrato. A amortização foi realizada em parcela única “*Bullet*” e os juros pagos trimestralmente até a amortização total do contrato. A BH Airport realizou em 2017 desembolsos do saldo disponível no montante total de R\$ 118.450. Em 15 de julho de 2017, o contrato de financiamento foi aditado por 6 (seis) meses, tendo seu novo vencimento em 15/01/2018 e ainda em 2017, devido a edição da Portaria MTPA 911/2017 que revogava a portaria MTPA 356/2016 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que regulamentou as restrições operacionais do Aeroporto da Pampulha, fez-se necessário a celebração do segundo aditivo contratual, prorrogando o vencimento do empréstimo ponte por mais 10 (dez) meses, tendo seu vencimento alterado para 15/11/2018. As demais condições contratuais permaneceram inalteradas.

Em 24/08/2018 foi assinado o contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES, no valor de R\$ 508.000, em 201 parcelas, com custo de TJLP mais 2,31 % aa, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, dividido em 02 subcréditos, sendo R\$ 381.000 correspondentes ao subcrédito “A” e R\$ 127.000 ao subcrédito “B”. Em 16/11/2018 foi efetuado a troca da dívida do empréstimo ponte para o longo prazo no valor de R\$ 417.977.

## 4. Sustentabilidade

### 4.1. Desempenho Social

A Companhia mantém três projetos, iniciados em 2014, visando o aprimoramento do capital social e de relacionamento com a comunidade do entorno do sítio aeroportuário: o Projeto Minas de Sonhos, Patrulha da Segurança Integrada e Programa de Coleta Seletiva.

**Minas de Sonhos:** Desenvolve atividades socioeducativas, culturais, recreativas, esportivas visando o exercício da cidadania, a educação para valores, saúde e qualidade de vida, cursos de capacitação profissional na área da informática, arte culinária, artesanato em geral, atendimento ao cliente para a geração de renda e preparação para o mercado de trabalho. É uma parceria da Companhia com as prefeituras de Confins, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo e a Fundação Pedro Leopoldo. Anualmente são atendidos 120 adolescentes de 14 a 16 anos em situação de vulnerabilidade social, sendo 30 de cada município parceiro.

**Patrulha da Segurança Integrada:** A Companhia realiza, em parceria com escolas públicas municipais de cidades do entorno do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, o Programa da Patrulha da Segurança Integrada. Voltado à conscientização de crianças e adolescentes sobre a responsabilidade pela segurança aeroportuária e da região do entorno, o programa oferece palestras sobre os principais riscos às operações. Em 2017, o projeto chegou à quinta edição com quase 400 alunos atendidos.

**Programa de Coleta Seletiva:** Compromisso com a preservação do meio ambiente aliado à geração de emprego e renda para 28 famílias da região de Lagoa Santa. O Programa de Coleta Seletiva já alcançou a marca de mil toneladas de resíduos coletados e doados (ou 1 milhão de quilos) à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Lagoa Santa (ASCAMARE), desde agosto de 2014. A associação é atualmente comandada por mulheres e a única com qualificação para atender grandes empresas da região de Lagoa Santa. Para contribuir com a capacitação dos trabalhadores a Companhia realizou treinamentos relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho e Meio Ambiente, noções de classificação dos resíduos e noções de prevenção e combate a princípios de incêndio.

### 4.2. Desempenho Ambiental

A Companhia acredita no papel fundamental do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte para fomentar o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e da região onde está inserido. Consciente de sua responsabilidade, a concessionária busca disseminar valores, estabelecer parcerias e promover a integração com a comunidade para que este desenvolvimento seja ambientalmente sustentável. Destacamos as principais realizações do ano:

**Concessão da Licença de Operação N° 65/2018 do Aeroporto Indústria:** Essa licença subsidia parte a concretização e consolidação da Região Metropolitana de Belo Horizonte como um polo dinâmico de logística e serviços avançados de comércio exterior.

**Atualização do Programa de Gerenciamento do Risco da Fauna no Aeroporto – PGRF:** O programa foi aprovado na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) em dezembro de 2018, com melhorias das metodologias que possuem o objetivo de mitigar o risco de colisões com fauna. Além disso, a Companhia iniciou as obras do Centro de Manejo de Fauna (CMF) que contará com novas estruturas que proporcionarão mais conforto para os colaboradores além da melhoria do bem estar da vida selvagem capturada e o do plantel das aves de rapina.

**Consolidação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS):** O Plano obteve o incentivo e colaboração no desenvolvimento e regularização da ASCAMARE (Associação de



Catadores de Materiais Recicláveis de Lagoa Santa), reforçando nosso compromisso com a responsabilidade socioambiental.

**Acreditação de emissões de carbono:** Nível 1 pelo programa *Airport Carbon Accreditation* do *Airport Council International (ACI)*, além da certificação pela norma ISO 14.064-1 (Emissões de Gases de Efeito Estufa). Em 2018, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte foi o primeiro no Brasil a ser reconhecido pelo esforço em identificar e mapear as fontes de emissões de gases de efeito estufa, oriundas das atividades da concessionária, por meio do cálculo de pegada de carbono do aeroporto referente ao ano de 2017.

Foram implementadas ações e projetos de melhoria visando redução do consumo de água, energia, combustíveis, emissão de gases de efeito estufa e resíduos destinados para aterro sanitário. Além disto, foram divulgadas ações de conscientização ambiental para a comunidade aeroportuária.

### **4.3. Reconhecimentos e Prêmios**

**Satisfação do Passageiro:** De acordo com a Pesquisa de Satisfação divulgada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, referente ao quarto trimestre de 2018, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte está entre os melhores aeroportos brasileiros, com nota 4,61 (em uma escala de 0 a 5). Neste período, a nota dada pelos passageiros cresceu 39,3%, passando de 3,31, no 2º trimestre de 2014, para 4,61 no quarto trimestre desse ano.

Entre os 38 quesitos pesquisados, o Aeroporto obteve o primeiro lugar na Qualidade da Internet e Wi-Fi disponibilizada no Aeroporto (nota de 4,09); custo-benefício dos estacionamentos (3,77); tempo de espera no *check-in* de autoatendimento (4,93); disponibilidade e localização de bancos, caixas eletrônicos e casas de câmbio (4,22); segundo lugar em Disponibilidade e Qualidade das Informações dos Painéis de voos (4,49); segurança nas áreas públicas do Aeroporto (4,65).

**Prêmio *Airport Service Quality*:** Em 2018, o Aeroporto foi também o único da América Latina e Caribe a ser reconhecido pelo Prêmio *Airport Service Quality (ASQ)*, concedido pelo *Airports Council International (ACI) World*, pelo melhor desempenho na evolução da qualidade da prestação de serviços referente ao ano de 2017. A *ACI World* é uma organização representativa dos aeroportos em todo o mundo.

**Pontualidade:** O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte foi confirmado o mais pontual entre os aeroportos brasileiros, segundo a *Punctuality League 2018*, relatório elaborado pela consultoria britânica *Official Airline Guide*, especializada em análise do transporte aéreo mundial. O índice de pontualidade alcançado pelo Aeroporto foi de 84,84%.

O relatório considerou cinco categorias de aeroportos: pequenos (de 2,5 milhões a cinco milhões de passageiros), médios (cinco milhões a dez milhões), grandes (dez milhões a 20 milhões), principais (20 milhões a 30 milhões) e os mega aeroportos (mais de 30 milhões de passageiros). O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte aparece em 4º lugar geral no Brasil e 5º na América Latina. E figura em 6º lugar no ranking mundial na categoria “médios”.

## **5. Considerações Finais**

### **5.1. Agradecimentos**

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Nacional de Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizado e crescimento.

### **5.2. Auditores Independentes**

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Confins, 27 de março de 2019.

Administração



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.**  
Confins – MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios



definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.




Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

  
Wagner Bottino  
Contador CRC 1SP196907/O-7

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

### Balanco patrimonial

em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	28.439	96.778	Financiamentos	12	19.791	418.244
Aplicações financeiras	6	50.934	-	Fornecedores	14	18.942	22.604
Contas a receber	7	30.491	25.533	Contas a pagar - partes relacionadas	9	8.579	7.425
Contas a receber - partes relacionadas	9	-	21	Impostos e contribuições a recolher		5.035	4.340
Despesas antecipadas		1.492	2.241	Obrigações sociais e trabalhistas		14.015	14.673
Pis e Cofins a recuperar	10 e 11	2.977	3.734	Obrigações com o poder concedente	15 (a) e (b)	93.171	88.699
Impostos a recuperar		5.217	4.839	Outras contas a pagar		14.295	14.152
Outros créditos		4.821	3.789				
				Total do passivo circulante		173.828	570.137
Total do ativo circulante		124.371	136.935				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Impostos diferidos	8 (b)	261.441	199.321	Financiamentos	12	397.799	-
Pis e Cofins a recuperar	10 e 11	73.341	47.625	Obrigações com o poder concedente	15 (a)	1.568.688	1.503.480
Depósitos judiciais	15 (a)	175.407	166.792	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	13	246	845
				Outras contas a pagar		59	86
		510.189	413.738				
				Total do passivo não circulante		1.966.792	1.504.411
<b>Imobilizado</b>	10	30.285	33.211				
<b>Intangível</b>	11	1.795.198	1.850.684	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Intangível em construção</b>	11	60.665	-	Capital social	16 (a)	906.940	761.940
				Prejuízos acumulados		(526.852)	(401.920)
Total do ativo não circulante		2.396.337	2.297.633	Total do patrimônio líquido		380.088	360.020
Total do ativo		2.520.708	2.434.568	Total do passivo		2.520.708	2.434.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

## Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
<b>Receita operacional líquida</b>	17	275.242	325.654
<b>Custos dos serviços prestados</b>			
Serviços		(70.426)	(67.806)
Custo com pessoal		(39.032)	(39.085)
Custo de construção		(53.024)	(123.586)
Depreciação e amortização	10 e 11	(42.473)	(29.752)
Custo da outorga		(12.557)	(11.260)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.973)	(4.527)
Outros		(13.806)	(15.012)
		<u>(235.291)</u>	<u>(291.028)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>39.951</u>	<u>34.626</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesas com pessoal		(21.591)	(18.089)
Serviços		(24.090)	(21.269)
Materiais, equipamentos e veículos		(357)	(302)
Depreciação e amortização	10 e 11	(604)	(4.044)
Perdas com clientes		(1.182)	(2.412)
Provisão para perda esperada - Contas a receber		(463)	(32)
Outros		(4.448)	(5.683)
		<u>(52.735)</u>	<u>(51.831)</u>
<b>Outros resultados operacionais</b>		<u>159</u>	<u>190</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		(12.625)	(17.015)
Resultado financeiro	18	<u>(174.427)</u>	<u>(97.669)</u>
<b>Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(187.052)	(114.684)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8 (a)	<u>62.120</u>	<u>37.495</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		(124.932)	(77.189)
<b>Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)</b>	16 (b)	<u>(0,1270)</u>	<u>(0,1130)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

*(Em milhares de Reais)*

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(124.932)	(77.189)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>(124.932)</u></u>	<u><u>(77.189)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018**  
*(Em milhares de Reais)*

	<b>Capital Social</b>		<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
	<b>Subscrito</b>	<b>A integralizar</b>		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	611.940	-	(324.731)	287.209
Aumento de capital em 26 de abril de 2017	150.000	(150.000)	-	-
Integralização de capital em 04 de maio de 2017	-	95.000	-	95.000
Integralização de capital em 06 de novembro de 2017	-	55.000	-	55.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(77.189)	(77.189)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>761.940</b>	<b>-</b>	<b>(401.920)</b>	<b>360.020</b>
Aumento de capital em 15 de março de 2018	145.000	(145.000)	-	-
Integralização de capital em 13 de abril de 2018	-	145.000	-	145.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(124.932)	(124.932)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>906.940</b>	<b>-</b>	<b>(526.852)</b>	<b>380.088</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(124.932)	(77.189)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(62.120)	(37.495)
Depreciação e amortização	43.077	33.796
Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	45	27
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	105.073	62.079
Juros e variação monetária sobre financiamentos	46.567	52.112
Capitalização de Custo de Empréstimos	(10.149)	(46.202)
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	145	961
Reversão da provisão para perda esperada – contas a receber	(463)	(32)
Ajuste a valor presente de obrigações com poder concedente	42.934	43.794
Atualização monetária sobre riscos cíveis e trabalhistas	(668)	9
Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	152	148
	<b>164.593</b>	<b>109.197</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
<b>(Aumento) redução dos ativos:</b>		
Contas a receber	(4.495)	(1.723)
Pis e Cofins a recuperar	2.171	(51.359)
Impostos a recuperar	(378)	3.546
Despesas antecipadas e outros créditos	(283)	(958)
Depósitos judiciais	(8.615)	(85.740)
Contas a receber - partes relacionadas	21	(4)
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	(3.814)	(26.424)
Contas a pagar - partes relacionadas	1.154	2.637
Obrigações sociais e trabalhistas	(658)	(931)
Impostos e contribuições a recolher	695	(1.666)
Obrigações com o poder concedente	(78.327)	(2.730)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(76)	(133)
Outras contas a pagar	116	5.004
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>(52.828)</b>	<b>(128.473)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(6.027)	(8.190)
Adições ao ativo intangível	(56.329)	(76.176)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(50.934)	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(113.290)</b>	<b>(84.366)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	145.000	150.000
Financiamentos (captação)	409.747	106.215
Financiamentos (pagamento de principal)	(414.476)	-
Financiamentos (pagamento de juros)	(42.492)	(29.929)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>97.779</b>	<b>226.286</b>
<b>(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(68.339)</b>	<b>13.447</b>
<b>Demonstração da (redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	96.778	83.331
No final do exercício	28.439	96.778
	<b>(68.339)</b>	<b>13.447</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.**  
**Demonstração do valor adicionado**  
**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018**  
*(Em milhares de Reais)*

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas</b>		
Receitas aeroportuárias	306.512	272.068
Receitas de construção	53.024	123.586
Juros capitalizados	10.149	46.202
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos dos serviços prestados	(94.003)	(92.588)
Materiais, energia e serviços de terceiros e outros	(79.158)	(70.735)
Custo de construção	(53.024)	(123.586)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>143.500</b>	<b>154.947</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(43.077)</b>	<b>(33.796)</b>
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>100.423</b>	<b>121.151</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	14.960	18.169
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>115.383</b>	<b>139.320</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Empregados</b>		
Remuneração direta	(36.279)	(35.141)
Benefícios	(10.308)	(10.403)
FGTS	(2.244)	(2.213)
Outras	(3.482)	(1.161)
<b>Tributos</b>		
Federais	20.740	(187)
Estaduais	(100)	(101)
Municipais	424	3.289
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros	(153.181)	(114.593)
Aluguéis	(394)	(945)
Outorga	(55.491)	(55.054)
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Prejuízo do exercício	124.932	77.189
	<b>(115.383)</b>	<b>(139.320)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

## 1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (“Companhia” ou “BH Airport”), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2014, tendo como objeto exclusivo a prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção, exploração de infraestrutura aeroportuária e do respectivo Complexo Aeroportuário, localizados nos municípios de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, e outras atividades necessárias ou convenientes a este fim, como a constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no objeto social, a importação de bens e serviços necessários à execução das atividades compreendidas no objeto social e à execução de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto.

A sede está localizada na Rodovia LMG 800, Km 7,9, s/n, município de Confins – MG, sala B13A.

A concessão compreende o Complexo Aeroportuário a ser implementado em três fases:

- FASE I-A – transferência das operações do Aeroporto da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO para a Concessionária; que ocorreu em três etapas:
- Estágio I: Iniciada em 07 de maio de 2014, no qual a Concessionária apresentou à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) o Plano de Transferência Operacional (PTO), encerrado em 02 de junho de 2014.
- Estágio II: Após 02 de junho de 2014, a operação ficou sobre responsabilidade da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO sendo assistida pelos prepostos da Concessionária até o dia 11 de agosto de 2014.
- Estágio III: A partir de 12 de agosto de 2014, a Concessionária assumiu a operação do Aeroporto sendo auxiliada por prepostos indicados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, até o dia 11 de janeiro de 2015.

A partir do dia 12 de janeiro de 2015, a Concessionária assumiu integralmente a operação do Aeroporto.

- FASE I-B – ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação e melhoria do nível de serviço;
- FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA – Plano de Exploração Aeroportuária.

A concessão, conforme definido no Edital de Leilão nº 01/2013, terá prazo de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 07 de maio de 2014.

## 2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) *Receitas de contratos com clientes*

A Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 estão descritos na letra “q” desta nota.

As receitas são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do aeroporto.

- i. **Receitas de Serviços:** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, sendo registrada no momento da prestação do serviço.
  - i. **Receita de serviços regulados:** São aqueles incidentes sobre a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no Aeroporto, tais como: tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.
  - ii. **Receitas de serviços não regulados:** São referentes a exploração de outras atividades no Aeroporto, como cessão de espaços concedidos, estacionamento, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio. Estas receitas tem regras estabelecidas no contrato de concessão e são negociadas livremente entre as empresas interessadas nos negócios.
- ii. **Receitas de construção:** Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Os efeitos da aplicação inicial do CPC 48 estão descritos na letra “q” desta nota.

- Classificação

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR.

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- Mensuração e desreconhecimento

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo entre o novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**d) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

**e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida**

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

**f) Ativo imobilizado**

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou ao prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

**g) Ativos intangíveis**

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:



CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “o”
- Direito da concessão - vide item “n”

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

**h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias, exceto para receitas reguladas, onde é considerado 120 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**i) Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

**j) *Receitas e despesas financeiras***

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

**k) *Benefícios a empregados***

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**l) *Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

**m) Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

**n) Direito da concessão**

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 15), baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

**o) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

**p) Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

**q) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas**

A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas:

- **CPC 47 – Receitas de contratos com clientes**

Introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. Estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou impactos da adoção desta norma, exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, nas suas Demonstrações Financeiras em comparação com as normas anteriores de reconhecimento de receita, seja em termos de montante das receitas de construção e outras receitas operacionais, como em termos de momento de reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

construção, conforme requerido pelo ICPC 01, já reconhecidas anteriormente de forma desagregada.

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações financeiras. O valor do intangível em construção em 1º de janeiro de 2018 era de R\$ 158.015.

• **CPC 48 – Instrumentos financeiros**

Estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

*i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros*

Retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Sua adoção não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito a seguir, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 e as novas categorias requeridas para mensuração, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos e Passivos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Valor contábil de acordo com o CPC 48
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	25.533	25.533
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	21	21

*ii. Impairment de ativos financeiros*

Substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

*r) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos*

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma.

A CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não se espera que a adoção do CPC 06 produza impacto significativo para a Companhia, nem afete de maneira relevante nossa capacidade de cumprir os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em financiamentos.

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes os seguintes pontos: (i) taxa de desconto e; (ii) estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos.

A Companhia pretende aplicar a CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é uma arrendadora, exceto quando é uma arrendadora intermediária em um subarrendamento.

### **Outras normas**

A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretação emitida ainda não vigentes:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa (Alterações na IFRS 9).
- Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 – várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 / CPC 11 contratos de seguros

## **3. Apresentação das demonstrações financeiras**

### ***Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)***

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 27 de março de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

***Base de mensuração***

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

***Moeda funcional e moeda de apresentação***

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

***Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota**

20	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
7	Provisão para perda esperada – contas a receber
8	Impostos diferidos
11	Amortização dos ativos intangíveis
19	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

**4. Determinação dos valores justos**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.



CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

## 5. Gerenciamento de riscos financeiros

### Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

#### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

#### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativos aos empréstimos em reais; (2) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n<sup>os</sup> 6, 12, 19.

#### c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

#### d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos em moeda nacional (a)	51.691	56.061	54.061	52.063	494.910
Fornecedores e outras contas a pagar	33.237	59	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	93.171	77.999	75.501	73.106	1.342.082

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 49.457 (R\$ 433.202 em 2017), substancialmente composto por financiamentos e obrigações com o Poder Concedente (outorga), conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 15. Além da geração de caixa decorrente das atividades da Companhia e de aporte de seus acionistas, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e bancos	815	313
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	27.624	96.465
	<u>28.439</u>	<u>96.778</u>
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	50.934	-
	<u>50.934</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 97,89% do CDI, equivalente a 6,26% ao ano (9,38% ao ano, em 31 de dezembro de 2017).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas tarifárias (a)	21.020	18.427
Receitas não tarifárias (b)	<u>10.841</u>	<u>8.939</u>
	31.861	27.366
Provisão para perda esperada – contas a receber (c)	<u>(1.370)</u>	<u>(1.833)</u>
	<u>30.491</u>	<u>25.533</u>

**Idade de vencimentos dos títulos**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos a vencer	27.939	23.832
Créditos vencidos até 60 dias	2.433	1.195
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	119	506
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	615	486
Créditos vencidos há mais de 181 dias	<u>755</u>	<u>1.347</u>
	<u>31.861</u>	<u>27.366</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia;
- (b) Créditos a receber decorrentes de receitas acessórias como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia;

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Imposto de renda e contribuição social**

**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(187.052)	(114.684)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	63.598	38.993
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(964)	(999)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(513)	(498)
Outros ajustes tributários	(1)	(1)
Receita de imposto de renda e contribuição social	62.120	37.495
Impostos diferidos	62.120	37.495
Alíquota efetiva de impostos	-33%	-33%

**b. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<b>Saldo em 2018</b>				
	<b>Reconhecido no</b>		<b>Valor Líquido</b>	<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>Passivo fiscal diferido</b>
	<b>2017</b>	<b>resultado</b>			
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	176.289	54.594	230.883	230.883	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.612	100	1.712	1.712	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	623	(157)	466	466	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	287	(204)	83	83	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	20.282	5.732	26.014	47.192	(21.178)
Provisão para Fornecedores	234	1.986	2.220	2.220	-
Outros	(6)	69	63	63	-
Imposto diferido líquido ativo (passivo) antes da compensação	199.321	62.120	261.441	282.619	(21.178)
Compensação de imposto	-	-	-	(21.178)	21.178
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	199.321	62.120	261.441	261.441	-

	<b>Saldo em 2017</b>				
	<b>Reconhecido no</b>		<b>Valor Líquido</b>	<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>Passivo fiscal diferido</b>
	<b>2016</b>	<b>resultado</b>			
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	134.067	42.222	176.289	176.289	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.683	(71)	1.612	1.612	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	634	(11)	623	623	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	3	284	287	287	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	25.379	(5.097)	20.282	38.273	(17.991)
Provisão para Fornecedores	67	167	234	234	-
Outros	(7)	1	(6)	-	(6)
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	161.826	37.495	199.321	217.318	(17.997)
Compensação de imposto	-	-	-	(17.997)	17.997
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	161.826	37.495	199.321	199.321	-

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2022	1.681
2023	2.708
de 2024 a 2026	26.549
de 2027 em diante	199.945
	<u>230.883</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº69 da lei nº12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transação) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

## 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2018			
	Transações			Saldos
	Serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas	Passivo Fornecedores
<b>Controladoras</b>				
CCR	7.830 (a)	-	-	628 (a)
CPC	7.136 (b)	1.579 (b)	-	699 (b)
Infraero	1.384 (c)	-	-	-
Zurich Airport	12.924 (d)	-	-	7.252 (d)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Intercement Brasil S/A	-	-	13	- (e)
Total circulante, 31 de dezembro de 2018				<u>8.579</u>
Total, 31 de dezembro de 2018	<u>29.274</u>	<u>1.579</u>	<u>13</u>	<u>8.579</u>

	2017			
	Transações		Saldos	
	Serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores
<b>Controladoras</b>				
CCR	8.887 (a)	-	-	601 (a)
CPC	6.898 (b)	1.526 (b)	21 (f)	677 (b)
Infraero	1.716 (c)	-	-	2.922 (c)
Zurich Airport	10.695 (d)	-	-	3.222 (d)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
ViaOeste	-	-	-	3 (f)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017			<u>21</u>	<u>7.425</u>
Total, 31 de dezembro de 2017	<u>28.196</u>	<u>1.526</u>	<u>21</u>	<u>7.425</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Despesas com profissionais chave da administração**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração (g)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	5.695	5.818
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	2.142	2.171
Complemento de PPR pago no ano	(43)	609
Previdência privada	116	149
Seguro de vida	6	10
	<u>7.916</u>	<u>8.757</u>

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração dos administradores (g)	<u>2.531</u>	<u>2.644</u>

Na AGO realizada em 30 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 7.294, a qual não inclui os encargos sociais. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR, através de sua Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de informática e manutenção executados pela CPC através de sua Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Os valores referem-se, substancialmente, a três softwares de propriedade da INFRAERO nos quais a Companhia pagou pela utilização, são eles (i) software de gerenciamento do terminal de carga; (ii) software de gerenciamento de informações aeronáuticas, e (iii) software de cadastro e controle de credenciais;
- (d) Contrato de consultoria de operação e gerenciamento do Aeroporto firmado em 02 de dezembro de 2014. O contrato tem carência até 31 de março de 2021.
- (e) Prestação de serviços de armazenagem e capatazia;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferências de colaboradores; e
- (g) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros do conselho fiscal e da administração.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFIN S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2017		2018		
	Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final
			(a)	Outros (b)	
Móveis e utensílios	8.644	3	481	(485)	8.643
Máquinas e equipamentos	17.420	-	2.288	(1.022)	18.686
Veículos	14.035	-	2.198	(200)	16.033
Imobilizações em andamento	2.451	6.024	(5.224)	-	3.251
	42.550	6.027	(257)	(1.707)	46.613

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2017		2018	
		Saldo inicial	Adições	Saldo inicial	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(639)	(834)	(1.473)	
Máquinas e equipamentos	13	(3.101)	(2.472)	(5.573)	
Veículos	25	(5.599)	(3.683)	(9.282)	
		(9.339)	(6.989)	(16.328)	

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Crédito de PIS e COFINS (R\$ 1.814 em 2017).

11. Intangíveis

Movimentação do custo

	2017		2018				
	Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	831.591	(158.015)	-	(46)	163.706	(23.173)	814.063
Direitos de uso de sistemas informatizados	27.464	-	-	-	379	(2.250)	25.593
Direito da concessão	1.060.271	-	-	-	-	-	1.060.271
<b>Intangível</b>	<b>1.919.326</b>	<b>(158.015)</b>	<b>-</b>	<b>(46)</b>	<b>164.085</b>	<b>(25.423)</b>	<b>1.899.927</b>
<b>Intangível em construção</b>	<b>-</b>	<b>158.015</b>	<b>66.478</b>	<b>-</b>	<b>(163.828)</b>	<b>-</b>	<b>60.665</b>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 10.149 em 2018 (R\$ 46.202 em 2017). A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos) foi de 9,20% a.a. em 2018 (10,22% a.a. em 2017).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Movimentação da amortização**

	Taxa média anual de amortização %	2017		2018		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(c)	(7.192)	(12.887)	1	(907)	(20.985)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(11.102)	(5.097)	-	907	(15.292)
Direito da concessão	(c)	(50.348)	(18.104)	-	-	(68.452)
		<u>(68.642)</u>	<u>(36.088)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(104.729)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.  
(b) Crédito de PIS e COFINS (R\$ 49.682 em 2017).  
(c) Amortização pela curva do benefício econômico.

**12. Financiamentos**

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2018	Vencimento final		
						2018	2017
<b>Em moeda nacional</b>							
1. BNDES - TJLP (Subcrédito A)	TJLP + 3,91% a.a.	4,9438% (a)	1.279	-	Novembro de 2018	-	161.806 (b)
1. BNDES - TJLP (Subcrédito B)	TJLP + 2,40% a.a.	3,8960% (a)	2.372	-	Novembro de 2018	-	202.632 (c)
1. BNDES - TJLP (Subcrédito C)	TJLP + 2,66% a.a.	3,6789% (a)	426	-	Novembro de 2018	-	53.806 (d)
2. BNDES - TJLP (Subcrédito A)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (a)	1.976	1.958	Dezembro de 2035	381.296	- (c)
2. BNDES - TJLP (Subcrédito B)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (a)	188	186	Dezembro de 2035	36.294	- (c)
<b>Total geral</b>				<u>2.144</u>		<u>417.590</u>	<u>418.244</u>
<b>Circulante</b>							
Financiamentos						20.020	419.678
Custos de transação						(229)	(1.434)
						<u>19.791</u>	<u>418.244</u>
<b>Não Circulante</b>							
Financiamentos						399.714	-
Custos de transação						(1.915)	-
						<u>397.799</u>	<u>-</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

**Garantias:**

- (b) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.  
(c) Fiança bancária.  
(d) Aval / fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação acionária direta/indireta.



CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<b>2018</b>
2020	24.982
2021	24.982
2022	24.982
2023 em diante	324.768
	<u>399.714</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 16 de novembro de 2018, este contrato foi integralmente liquidado com os recursos do empréstimo de longo prazo captado junto ao BNDES.
2. Em 24 de agosto de 2018, foi assinado contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor total de R\$ 508.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, dividido em 2 subcréditos, sendo R\$ 381.000 correspondentes ao subcrédito “A” e R\$127.000 ao subcrédito “B”, ambos remunerados pela TJLP + 2,31% a.a.. As liberações dos subcréditos “A” e “B” deverão ocorrer pari passu e de maneira proporcional à participação de cada um deles no montante total.

Os juros serão pagos trimestralmente, em 15 de dezembro de 2018, em 15 de março de 2019, e mensalmente, a partir de então, juntamente com as parcelas de amortização do principal.

Nº da liberação	Data da liberação	Subcrédito “A”	Subcrédito “B”	Total
1 <sup>a</sup>	16/11/2018	R\$ 313.483	R\$104.494	R\$417.977

Caso sejam ressarcidas ou recompensadas as obras do Poder Público, conforme definido no Anexo 3 do Contrato de Concessão, realizadas pela Companhia, o BNDES poderá exigir a liquidação parcial antecipada do contrato de financiamento, no montante que tenha sido utilizado para financiamento a estas obras, proporcionalmente aos valores dos subcréditos “A” e “B”, bem como a Concessionária se compromete desde já a efetuar-la, sendo certo que: (i) caso a Companhia seja ressarcida ou recompensada por meio de prorrogação do prazo do Contrato de Concessão e/ou de prorrogação do prazo de cronograma de investimentos ou obras, não haverá necessidade de liquidação parcial antecipada; e (ii) caso o ressarcimento ou recomposição seja obtido por meio de qualquer outro mecanismo, a necessidade de liquidação parcial antecipada será determinada a critério exclusivo do BNDES.

Este financiamento conta com as garantias:

- penhor de ações, onde: a Sociedade de Participações no Aeroporto de Confins “SPAC” dará ao BNDES em penhor, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua propriedade de emissão da Concessionária e as acionistas diretas da SPAC darão ao BNDES em penhor, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua propriedade de emissão da SPAC;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Aeroporto de Confins; direitos emergentes da concessão em decorrência do Contrato de Concessão; e de todos os direitos creditórios da Companhia.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Fiança dos acionistas da controladora CCR e Flughafen Zurich, limitada a sua responsabilidade à dívida decorrente do Subcrédito “A” e “B” respectivamente.

A Companhia deverá apresentar fiança(s) bancária(s) ao BNDES, até o 30 de junho do ano seguinte ao encerramento social para: (i) dívida decorrente do Subcrédito “A” e por 75% da dívida não decorrente de subcrédito específico, caso não seja apresentado o parecer da empresa de auditoria independente que ateste que o índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da CCR esteja menor ou igual a 3,5; e (ii) para a dívida decorrente do Subcrédito “B” e por 25% da dívida não decorrente de subcrédito específico, caso a Flughafen Zurich não apresente classificação de risco compreendida na categoria “grau de investimento” em relatório emitido por Fitch Ratings, Moody’s, Standard & Poor’s ou outra entidade classificadora de risco expressamente aceita pelo BNDES e não seja apresentado o parecer da empresa de auditoria independente que ateste que o índice Dívida Líquida/EBITDA da Flughafen Zurich esteja menor ou igual a 3,0.

As fianças bancárias não serão necessárias caso no mesmo ano-civil, em que ocorra o descumprimento do índice financeiro pela respectiva fiadora, o ICSD for maior que 1,3, sendo que o ICSD é igual ao EBITDA (Resultado antes do resultado financeiro + Depreciação e amortização) diminuído do IRPJ e CSLL correntes, quando houver, e do pagamento da outorga fixa no ano / Serviço da Dívida, bem como, a 2ª pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional de Confins encontre-se operacional.

Adicionalmente, a Companhia não deverá, sem prévio consentimento, distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio referentes a um ano-fiscal, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o § 2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76 quando o ICSD for inferior a 1,3.

### 13. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2017		2018			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Contingências trabalhistas	845	229	(84)	(76)	(668)	246

A companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cíveis	270	2.596
Trabalhistas	<u>160</u>	<u>158</u>
	<u>430</u>	<u>2.754</u>

**14. Fornecedores**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	16.752	21.475
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	271	-
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>1.919</u>	<u>1.129</u>
	<u>18.942</u>	<u>22.604</u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

**15. Compromissos vinculados a contratos de concessão**

*a. Contribuição fixa*

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente (Contábil)</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente (Contábil)</u>
Circulante	81.726	80.614	78.551	77.440
Não circulante (a)	<u>2.218.227</u>	<u>1.568.688</u>	<u>2.195.953</u>	<u>1.503.480</u>
	<u>2.299.953</u>	<u>1.649.302</u>	<u>2.274.504</u>	<u>1.580.920</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Cronograma de desembolso**

	2018		2017	
	Valor nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor nominal	Valor Presente (Contábil)
2018	-	-	78.551	77.440
2019	81.726	80.614	78.551	74.828
2020	81.726	77.999	78.551	72.323
2021	81.726	75.501	78.551	69.928
2022	81.726	73.106	78.551	67.634
2023 em diante (a)	1.973.049	1.342.082	1.881.749	1.218.767
	<u>2.299.953</u>	<u>1.649.302</u>	<u>2.274.504</u>	<u>1.580.920</u>

(a) Contemplam as parcelas vencidas em maio de 2016 e 2017, pagas via depósito judicial em 09 de maio de 2016 e 12 de maio de 2017, respectivamente. Os depósitos foram efetuados em decorrência de pleitos de reequilíbrios contratuais em favor da concessionária, no montante de R\$ 148.585 (valor atualizado de R\$ 175.407 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 166.792 em 31 de dezembro de 2017).

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 30 parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

Em 04 de maio de 2018, foi pago o montante de R\$ 79.622 referente a parcela fixa anual, sendo R\$ 76.476 em caixa e R\$ 3.146 através de encontro de contas financeiro referente ao reequilíbrio contratual (majoração da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços Aeroportuários nos municípios de Lagoa Santa e Confins).

**b. Contribuição variável**

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da Concessionária, deduzida do percentual de 26,4165% sobre as receitas tarifárias, referente a incorporação do ATAERO às receitas reguladas, líquido de PIS e Cofins.

	2018	2017
Circulante	12.557	11.260

A contribuição variável é paga anualmente no mês de maio. Em 11 de maio de 2018, foi pago o montante de R\$ 11.260 (R\$ 10.651 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

**c. Compromissos relativos à concessão**

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, no

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

montante de R\$ 929.216 em 2018 e R\$ 945.028 em 2017 (conforme PMI – Programa de Melhorias da Infraestrutura enviado a Agência Nacional de Aviação Civil em 31 de dezembro de 2015).

Os valores representam 100% da concessionária e referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pela Concessionária, sem considerar gatilhos adicionais. Os valores estão atualizados pelo IPCA até a data da última atualização da tarifa.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

## 16. Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 15 de março de 2018, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 145.000 de ações ordinárias, passando o capital social da Companhia de R\$ 761.940 para R\$ 906.940.

Em 13 de abril de 2018, foi integralizado o valor de R\$ 145.000.

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações (em unidades)</u>	<u>Quantidade de ações (em unidades)</u>
SPAC	51,0%	545.929.825	388.589.400
INFRAERO	49,0%	524.520.812	373.350.600
		<u>1.070.450.637</u>	<u>761.940.000</u>

### b. Prejuízo por ação

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Numerador</b>		
Prejuízo líquido	(124.932)	(77.189)
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações (em milhares)	983.391	682.954
Prejuízo por ação	(0,12704)	(0,11302)

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**17. Receitas**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas tarifárias (a)	214.971	190.553
Receitas tarifárias - partes relacionadas (b)	13	-
Receitas não tarifárias (c)	91.528	81.515
Receitas de construção	<u>53.024</u>	<u>123.586</u>
<b>Receita bruta</b>	<b>359.536</b>	<b>395.654</b>
Impostos sobre as receitas	(36.505)	(29.676)
Contribuição Tarifária (d)	(45.620)	(40.060)
Receitas canceladas	<u>(2.169)</u>	<u>(264)</u>
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b><u>(84.294)</u></b>	<b><u>(70.000)</u></b>
<b>Receita líquida</b>	<b><u>275.242</u></b>	<b><u>325.654</u></b>

- (a) Receitas decorrentes de tarifas de embarque, tarifas de conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.
- (b) Receitas decorrentes de tarifas de armazenagem e capatazia.
- (c) Receitas decorrentes de estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio.
- (d) Contribuição Tarifária criada através da Lei 13.319, de 25 de julho de 2016, a qual alterou o valor das tarifas aeroportuárias da Companhia, incorporando o adicional tarifário (ATAERO), o que implicou em aumento de 35,9% nas receitas reguladas da Concessionária. O ATAERO era uma tarifa que a concessionária cobrava em nome do Poder Concedente. A Contribuição Tarifária é aplicada ao adicional tarifário, excluindo-se os impostos incidentes sobre a receita, resultando em uma alíquota de 22,65% sobre as receitas reguladas.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18. Resultado financeiro**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos	(43.718)	(48.079)
Varição monetária sobre financiamentos	(2.849)	(4.033)
Varição monetária sobre obrigações com o Poder Concedente	(105.073)	(62.079)
Capitalização de custo dos empréstimos	10.149	46.202
Reversão do ajuste a valor presente - Outorga Fixa	(42.934)	(43.794)
Variações Cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(189)	(220)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(4.773)	(3.907)
	<u>(189.387)</u>	<u>(115.910)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.308	5.316
Varição monetária sobre outros ativos	8.589	11.589
Variações Cambiais sobre fornecedores estrangeiros	37	72
Outras receitas financeiras	1.026	1.264
	<u>14.960</u>	<u>18.241</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(174.427)</u>	<u>(97.669)</u>

**19. Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Instrumentos financeiros por categoria**

	2018			2017		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Caixas e bancos	815	-	-	313	-	-
Aplicações financeiras	78.558	-	-	96.465	-	-
Contas a receber	-	30.491	-	-	25.533	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	-	21	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(417.590)	-	-	(418.244)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(33.296)	-	-	(36.842)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(8.579)	-	-	(7.425)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.661.859)	-	-	(1.592.179)
	<u>79.373</u>	<u>30.491</u>	<u>(2.121.324)</u>	<u>96.778</u>	<u>25.554</u>	<u>(2.054.690)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber – partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e contas a pagar - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos e das obrigações com o poder concedente equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

**Hierarquia de valor justo**

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	2018	2017
<b>Nível 2</b>		
Aplicações financeiras	78.558	96.465

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;



CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4) (5)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	TJLP (2)	Dezembro de 2035	419.734	(39.559)	(46.995)	(54.433)
Aplicação financeira (Itaú Soberano) (6) (7)	CDI (3)		50.934	3.193	3.990	4.788
Aplicação financeira (CDB) (6) (7)	CDI (3)		8.450	526	658	789
Aplicação financeira (CDB) (6) (7)	CDI (3)		19.174	1.219	1.524	1.829
				<u>(34.621)</u>	<u>(40.823)</u>	<u>(47.027)</u>
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(34.621)</u>	<u>(40.823)</u>	<u>(47.027)</u>

As taxas de juros consideradas foram (1):

TJLP (2)	6,98%	8,73%	10,47%
CDI (3)	6,40%	8,00%	9,60%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) a (7) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pelo BNDES;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pela B3;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP);
- (6) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (7) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

**20. Demonstração dos fluxos de caixa**

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2018</u>
Tributos a recuperar	27.130
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>27.130</u>
Outros ativo intangível	(27.130)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>(27.130)</u>

- b. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

**c. Reconciliação das atividades de financiamento**

	<u>Financiamentos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(418.244)	(761.940)	(1.180.184)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(409.747)	-	(409.747)
Aumento de capital	-	(145.000)	(145.000)
Pagamentos de principal e juros	456.968	-	456.968
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<u>47.221</u>	<u>(145.000)</u>	<u>(97.779)</u>
<b>Outras variações</b>			
Despesas com juros e variação monetária	(46.567)	-	(46.567)
<b>Total das outras variações</b>	<u>(46.567)</u>	<u>-</u>	<u>(46.567)</u>
Saldo Final	<u>(417.590)</u>	<u>(906.940)</u>	<u>(1.324.530)</u>

\*\*\*

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

**Composição da Diretoria**

Marcos Brandão	Diretor Presidente
Régio Marcelo Nóbrega Fernandes	Diretor Administrativo - Financeiro
Adrian Bernhard Norbert Elkuch	Diretor de Operações

**Composição do Conselho de Administração**

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Conselheiro
Celso Paes Júnior	Conselheiro
Stefan Conrad	Conselheiro
Priscilla Matsumoto Huttenlocher	Conselheiro
Eduardo Roberto Stuckert Neto	Conselheiro
Mauro César Santiago Chaves	Conselheiro
Rogério Augusto Prado	Conselheiro
Johann Georg Erwin Gigl	Conselheiro
Márcia Takayanagi	Conselheiro

**Composição do Conselho Fiscal**

Luciana Irene de Lima e Silva	Conselheiro
Johann Georg Erwin Gigl	Conselheiro
Gustavo Eduardo Brasil Passos	Conselheiro

**Contador**

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452/O-3 S/MG